

O REVIGORAMENTO DO CONSERVADORISMO SOCIETAL E SUAS REPERCUSSÕES NO SERVIÇO SOCIAL

Fabrcio Rodrigues da Silva

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0618530871792054>

Email: fabriciorodrigues@servidor.uepb.edu.br

Jordeana Davi

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco

Professora da Graduação e Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1013325575657505>

Email: jordeana.pb.010@uol.com.br

Adriana Alves da Silva

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará

Professora do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceara

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9851965959501420>

Email: adriana_as_ce@hotmail.com

Artigo de Revisão

Recebido em: 27 de Novembro de 2022

Aceito em: 13 de Dezembro de 2022

RESUMO

A partir dos resultados de pesquisa bibliográfica que orienta nossos estudos no âmbito da graduação e pós-graduação em serviço social, este artigo problematiza o revigorationamento do conservadorismo societal, suas formas de manifestação na realidade social e os caminhos pelo qual ele repercute no serviço social brasileiro na atualidade. Neste sentido, apontamos que a crise estrutural contemporânea do capital tem implicado no revigorationamento do conservadorismo societal, configurando-se como neoconservadorismo que, ao lado do neoliberalismo e a emergência do governo neofascista no Brasil, tem repercutido no recrudescimento da face coercitiva do estado, reconfigurando as políticas sociais frente ao agravamento das expressões da “questão social”, apontando ainda que, a repercussão do neoconservadorismo no serviço social se dá pelo duplo movimento histórico de ser o serviço social uma profissão inserida na divisão social, técnica e sexual do trabalho e pelas condições histórico-concretas de materialização e realização do exercício profissional.

Palavras-chave: Neoconservadorismo. Questão Social. Política Social. Exercício Profissional.

THE REVIVAL OF SOCIETAL CONSERVATISM AND ITS REPERCUSSIONS ON SOCIAL SERVICE

ABSTRACT

Based on the results of the bibliographical research that guides our studies in the field of undergraduate and graduate studies in social work, this article discusses the reinvigoration of societal conservatism, its forms of manifestation in social reality and the ways in which it has repercussions on Brazilian social work nowadays. In this sense, we point out that the contemporary structural crisis of capital has implied the reinvigoration of societal conservatism, configuring itself as neoconservatism that, alongside neoliberalism and the emergence of the neo-fascist government in Brazil, has had repercussions on the recrudescence of the coercive face of the state, reconfiguring social policies in the face of the worsening of the expressions of the “social question”, also pointing out that the repercussion of neoconservatism in social work is due to the double historical movement of social work being a profession inserted in the social, technical and sexual division of work and by the historical-concrete conditions of materialization and realization of professional practice.

Keywords: Neoconservatism. Social issues. Social Policy. Professional Exercise.

INTRODUÇÃO

O Brasil tem vivenciado o agravamento de problemáticas estruturais em decorrência dos últimos eventos políticos, econômicos e sociais que aqui se transcorreram, obviamente, conectados aos processos macroestruturais da economia capitalista. O golpe-jurídico parlamentar operado pelo grande capital no Brasil em 2016 é um destes eventos, que marcou a reorganização e o ascenso da agenda governamental da extrema-direita, até então nos bastidores da democracia aos longos das últimas décadas.

No entanto, a radicalização da extrema-direita ocorre, de forma mais visível, com a eleição do governo Bolsonaro (2019 – atual), o que representa um novo estágio de dominação violenta do capital imperialista sobre o país, além de representar o revigoramento do conservadorismo e ascenso do neofascismo¹ e do ultraliberalismo, não

¹ O neofascismo assume características distintas do fascismo clássico, inclusive, considerando que no Brasil, estamos sob um governo neofascista, ainda que o regime político e o Estado não se configurem como fascistas. As particularidades do neofascismo, que os difere do fascismo clássico são: os aspectos de

só no Brasil, mas também no mundo². Este levante tem ampliado a derrocada das conquistas progressistas alcançadas nos últimos anos pelos trabalhadores, colocando também para o Serviço Social críticos novos desafios, considerando, inclusive, a estreita relação desta profissão com o conservadorismo, o que justifica algumas linhas explicativas a seguir.

O conservadorismo acompanha o Serviço Social desde a sua emergência como um movimento social, ainda distante das bases científicas, no interior da ação doutrinária e social da Igreja católica sobre a “questão social”, esta última revestida ainda de um problema moral e religioso, longe da análise colada nas relações de exploração do capitalismo, com intervenções de cunho ideológico de revitalização da moral da classe trabalhadora e seus dependentes, num amplo processo de reforma conservadora (IAMAMOTO, 2013).

No decorrer dos processos histórico-concretos em torno do Serviço Social, o processo de escolarização, que compreende a profissionalização técnico-científico, se deu sob influência do Serviço Social norte-americano, reafirmando o conservadorismo através da influência das Ciências Sociais, e seus processos de reformas sociais, especialmente, o reformismo da moral em favor do capitalismo, orientando assim as intervenções cada vez mais racionalizadas em busca de um homem reformado na sociedade capitalista, com auxílio ainda da base filosófica humanística cristã, aristotélico e tomista (IAMAMOTO, 2013).

Essa composição resultou em intervenções voltadas para a formação social e educativa da moral e da intelectualidade da família sob uma abordagem individualizada dos casos sociais, negando assim a totalidade que constitui estes problemas sociais: o capitalismo e conseqüentemente, sendo estes sujeitos enquadrados e rotulados nos

uma política econômica globalizada, sob a orientação neoliberal; convivência, ainda que limitada e subordinadas, com as instituições democráticas e representativas e, sobretudo, a não existência de grupos paramilitares em evidência, além dos partidos de massas, bem como, da sua ligação com o fundamentalismo religioso cristão, protestantes neopentecostais. Já as similaridades, o neofascismo resguardam o ultranacionalismo, ódio aos imigrantes, caça aos bodes expiatórios, culto ao chefe de estado, mito, salvador da pátria, desejo de implantar uma ditadura e extermínio da esquerda. Assim como o fascismo, o neofascismo, como uma forma da dominação burguesa, é uma reação frente a crise do capital, cuja recessão de 2008 o colocou e cola em cena, frente a necessidade de realizar a manutenção da propriedade privada e de garantir as condições de acumular capital e extrair mais-valia (DEMIER, 2017).

² A extrema-direita teve um novo momento no mundo a partir de 2016, elegendo, democraticamente, seus representantes em países como Estados Unidos, Índia, Japão, Turquia, Hungria, Alemanha, Colômbia, Filipinas, entre outros.

diversos tipos de desajustamentos biopsicossociais empregados pela profissão (IAMAMOTO, 2013).

É nesta passagem que vai de movimento da hegemonia católica e sua caridade paliativa para profissão reconhecida na sociedade capitalista que o Serviço Social passa essencialmente a ocupar o interior da execução das políticas sociais geridas pelo Estado, do capitalismo monopolista, além desse inserir nos segmentos da grande indústria do próprio capital (NETTO, 2011). Nesta passagem, que significa a profissionalização do Serviço Social como resultado das relações sociais contraditórias no capitalismo monopolista, o caráter conservador permanece como norteador da ação profissional frente à manutenção da hegemonia capitalista, tendo como matéria de trabalho a “questão social”, transformada em objeto de intervenção continuada e sistemática.

É preciso considerar brevemente nesta reconstrução histórica, a atualização da herança do conservadorismo no contexto do pós-64, no que se refere à modernização da instituição Serviço Social, em meio a crescente burocratização das atividades institucionais que também requisitou da profissão uma modernização no sentido de tratamento da sua demanda, ou seja, resultou na tendência de psicologização das relações sociais voltada aos sujeitos atendidos pelo Assistente Social (IAMAMOTO, 2013).

Percebe-se que o conservadorismo acompanhou e vem ainda disputando, o rumo da história do Serviço Social brasileiro, exercendo diretamente influência sobre o projeto de formação e do exercício profissional, criando igualmente uma cultura profissional voltada para a execução de políticas que propiciaram ao capital conservar as relações sociais de produção, a exploração e apropriação privada da riqueza socialmente produzida, em detrimento da socialização desta mesma riqueza e dos direitos da classe trabalhadora, estejam eles inseridos ou não no processo de produção.

No entanto, a ruptura com o conservadorismo na profissão, se deu em decorrência da construção de uma outra cultura profissional, crítica, já que a direção da profissão também depende dos seus agentes individuais e coletivos, cuja principal ferramenta de seu enfrentamento é o Projeto Ético-Político do Serviço Social, emergido ainda no final dos anos 70, desenvolvendo-se durante os anos 80 e chegando a se

consolidar nos anos 90, no bojo do processo que ficou reconhecido como renovação do Serviço Social³.

Esse projeto, hegemônico até hoje, pois tem dado a direção a profissão, mesmo diante dos dilemas e das disputas no seu interior, se sustenta tendo a liberdade como valor ético central, com possibilidade de escolhas entre alternativas concretas, almejando a autonomia, emancipação e expansão plena dos indivíduos sociais, bem como, tendo na direção de tal projeto, a contribuição para a construção de uma nova ordem societária, sem exploração e opressão, além de questionar as formas sociais básicas do capitalismo, fielmente defendidas pelo conservadorismo, quais sejam a propriedade privada, que inclui os meios e condições sociais de produção, a mercadoria, o dinheiro, a exploração da força de trabalho, o próprio Estado, entre outras.

No entanto, como já sinalizamos, o conservadorismo nunca se ausentou das condições histórico-concretas de realização da profissão e, a depender das conjunturas, o seu avanço ocorre de forma mais incisiva sobre ela⁴, como tem ocorrido hoje, com a ofensiva neoconservadora, que está posta na realidade social, defrontando-se cotidianamente com a profissão. Neste sentido, o objetivo deste artigo é analisar o revigoramento do conservadorismo societal, suas formas de manifestação na realidade social e os caminhos pelo qual ele repercute no Serviço Social brasileiro na atualidade. Para isso, realiza-se uma pesquisa bibliográfica em obras clássicas e contemporâneas relativas ao objeto de estudo, recorrendo-se ao método materialismo-crítico-dialético.

³ Limitamo-nos no avanço da contextualização sobre o processo de ruptura com o conservadorismo e o processo de renovação profissional, considerando não ser este o nosso objetivo. Tais formulações podem ser revisitadas na análise de Iamamoto (2013).

⁴ A relação entre conservadorismo e a profissão é algo insuperável no capitalismo, considerando a própria ligação entre os projetos societários e projetos profissionais, o que coloca o projeto profissional do Serviço Social em disputa. Além disso, a estrutura sincrética profissional também abre possibilidades de ligação da profissão com o conservadorismo, considerando a modalidade de tratamento refratário da “questão social”, em sua multiplicidade; da realização do exercício profissional ser na vida cotidiana, em que predomina a heterogeneidade, imediatividade e superficialidade da realidade social e, por fim, da própria inserção do Serviço Social na divisão social, técnica e sexual do trabalho, em que a condição de assalariamento impõe a condição de autonomia relativa, cuja prática profissional se vê diante dos dilemas postos na práxis institucional dos diversos espaços sócio-ocupacionais em que este se insere (NETTO, 2011).

DESENVOLVIMENTO

Neste estágio de crise estrutural do capital, a agudização do confronto da ordem sociometabólica do capital com seus limites absolutos (MÉSZAROS, 2011), tem imposto ao nosso presente ainda mais determinações que são desafiadoras para a humanidade, dada as precárias condições de vida que milhões de trabalhadores e trabalhadores são submetidos em favor da tentativa de recomposição das taxas de lucro do capital em crise.

E é nesta seara em que se inscreve o historicamente o conservadorismo: uma reação ideológica de manutenção das relações sociais de produção da ordem vigente. Na sua forma clássica, “o pensamento conservador é uma expressão cultural, obviamente complexa e diferenciada, particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 41). Destaca-se a figura do filósofo e político Burke como sendo a principal referência deste pensamento em repúdio a revolução burguesa, que no século XVIII, derruiu as relações de dominação do feudalismo, incluindo o seu Estado. Segundo Souza (2016, p. 361) “a matriz ideológica do conservadorismo é, reconhecidamente, o pensamento de Edmund Burke [...] este conservador tenta convencer seus leitores de que uma revolução insurrecional como essa significa por si mesma, desordem e destruição”.

O conservadorismo clássico fracassou na tentativa de restaurar a ordem e os costumes feudais almejados, o que implica numa perda da dominação política e cultural que agora, e até os dias atuais, encontra-se nas mãos da hegemonia capitalista. No entanto, por sua dinâmica mutável, o conservadorismo clássico consegue se realocar na estrutura capitalista, muito embora, tendo sido necessária a realização de significativas transformações no seu tecido, ainda que resguardadas as suas particularidades fundamentais, tais como a conservação de valores, instituições, o irracionalismo, negação da razão:

[...] nos conservadores que trabalham nas condições pós-48, com a evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução – ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário. É assim que ele tem substantivamente mudado a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 50).

Em suma, a mudança na roupagem do conservadorismo consistiu em sua conformação como ideologia antirrevolucionária contra a revolução desencadeada pela classe trabalhadora em detrimento da hegemonia burguesa, já que esta burguesia ao ter se tornado “revolucionária” vem mantendo o poder hegemônico dos meios de produção e conseqüentemente encontrado nos trabalhadores a força necessária para a exploração e produção de riqueza. Portanto, o conservadorismo redimensiona os velhos argumentos dos perigos da revolução burguesa agora para a classe trabalhadora, quais sejam da desordem, instabilidade social.

Portanto, cristaliza-se a mutação do conservadorismo que concilia as suas pretensões com os interesses da ordem burguesa para não perder o espaço na sociedade capitalista. Reinventa-se carregando muito do velho, mas também com novos elementos e associações, tornando-se uma arma fundamental frente às reformas dentro da ordem. Nos termos de Silva (2016, p. 105) se apresenta como “uma clara e otimista articulação entre conservadorismo, sociedade do capital, sobretudo na sua fração industrial e produção técnico-científica no campo da sociologia positivista”.

Observadas as particularidades do conservadorismo clássico, é importante destacar as manifestações do neoconservadorismo, que se expressam no contexto contemporâneo de transformações socioeconômicas da primeira metade do século XX, assumindo, segundo Almeida (2018, p. 28), particularidades distintas daquele conservadorismo que discutíamos anteriormente:

Já o neoconservadorismo estrutura-se como reação ao Welfare State [Estado do bem-estar social], à contracultura e à nova esquerda, fenômenos atrelados ao pós-Segunda Guerra Mundial e ao advento do regime de acumulação fordista. Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal. A crise, conforme esta leitura de mundo, não era do Welfare State; para os novos conservadores o intervencionismo característico do Welfare State era o principal motivo da crise.

O neoconservadorismo propõe como pauta a restauração da autoridade e da lei, em decorrência da compreensão de que a crise contemporânea do capital se origina em virtude do abandono dos valores morais, assim, a necessária instalação da ordem deveria ser pautada pela reestruturação de um Estado mínimo, contrário ao Estado de Bem-estar

social, que não incidissem sobre as liberdades individuais. E, neste ponto comum, refuncionalização de um Estado mínimo, que o neoconservadorismo estabelece relações com o neoliberalismo, além de ambos conservarem “as formas sociais básicas do capitalismo, são a forma mercadoria, a forma dinheiro, a forma Estado...” (ALMEIDA, 2018, p.29).

Conforme Barroco (2015, p. 624 - 625):

[...] no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos 1970 o conservadorismo se reatualizou, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado Social e os direitos sociais almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.

É a partir desta conjugação que se fundam as determinações que configuram o hoje, tais como o recuo grotesco dos avanços civilizatórios, até porque a barbárie social é o projeto civilizatório do capital para a humanidade, em especial, para as formações nacionais socioeconômicas tardo-burguesas (FERNANDES, 2005); o acirramento das contradições da crise do capital (MANDEL, 1990), que tem implicado no contexto de desmonte das políticas sociais e públicas, cujo o padrão atual de reprodução do capitalismo dependente brasileiro, tem se pautado no assalto ao fundo público (BEHRING, 2020), este operado através do ajuste fiscal permanente em prol das frações rentistas do grande capital, no bojo de atendimento de interesses no âmbito do Estado contrarreformado (BEHRING, 2008).

Além disso, o contexto de aprofundamento da destruição de todas as conquistas dos trabalhadores, inclusive dos/as Assistentes Sociais, que se veem assolados pela precarização, pelo desemprego estrutural, pelas relações de trabalho informal, com vínculos fragilizados, sem proteção social (ANTUNES, 2018), que evidenciam o novo estágio de superexploração da força de trabalho, como consequência da condição de dependência (AMARAL, CARCANHOLO, 2012), e que tais condições de trabalho colocam em xeque a subsunção real do trabalho ao capital, além das novas modalidades de expropriações contemporâneas, ou melhor, expropriações secundárias (FONTES, 2011).

É sob estas condições que são produzidas as reconfigurações das políticas sociais que enfrentam as expressões da “questão social” no Brasil, além destas últimas também sofrerem incidência destas determinações macroestruturais contemporâneas, assumindo novas expressões diante do aprofundamento das desigualdades sociais resultantes da relação contraditória entre produção socialmente coletiva e apropriação privada da atividade humana e da riqueza por esta gerada. É sob este terreno que se inscreve o Serviço Social.

A política social é a principal mediação de enfrentamento das expressões da “questão social” no capitalismo, é o meio pelo qual o Estado capitalista exerce sua função de controle sobre as classes assistidas, ainda que esta relação esteja entrelaçada ao nível de força exercida pela classe trabalhadora e pelo capital.

Ao ser as expressões da “questão social”, a principal matéria de intervenção e objeto de pesquisa do Serviço Social, a política social também se conforma como principal espaço de realização do exercício profissional do/a Assistente Social, seja na sua operacionalização, planejamento e gestão, o que significa reconhecer que tais reconfigurações incidentes sobre a política social, discutidas anteriormente, orientadas pela ofensiva neoconservadora também chegam ao exercício profissional, requisitando respostas profissionais sob direção distinta daquela expressa no Projeto Ético Político-Profissional, daí a necessidade de problematizar as respostas técnicos-profissionais diante desta conjuntura.

Esta problematização deve partir do reconhecimento das próprias condições de uma profissão inserida na divisão social, técnica e sexual do trabalho, identificando o agente profissional como trabalhador assalariado, reconhecendo sua inserção na condição de trabalho alienado, pois como todo trabalhador, precisa vender sua força de trabalho em troca de um salário. Além de trabalho alienado, é também trabalho concreto, que atende uma demanda, possuindo utilidade social e, portanto, valor de uso, ao mesmo tempo que é trabalho abstrato, já que se insere na condição de assalariado na relação de compra e venda da sua força de trabalho e, portanto, tendo valor de troca (IAMAMOTO, 2015).

Nestas condições, o trabalho do Assistente Social se insere numa relação de contradição, pois atende interesses do capital, levando em consideração a própria funcionalidade da política social para reprodução capitalista por meio de sua natureza

conservadora, ao passo que atende, também, os interesses dos trabalhadores. Cabe destacar, que o reconhecimento do significado sócio-histórico do Serviço Social só foi possível a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo, cujo processo de renovação crítica resultou na maturidade teórica e no Projeto Ético-Político da profissão, que se alinha aos interesses do trabalho. Assim, o trabalho profissional do Assistente Social está inserido neste dilema, cujo estatuto de assalariado causa, em certa medida, inflexões na imagem ideal do profissional alinhado ao Projeto Ético-Político, pois é no cotidiano que tais dilemas se apresentam (NETTO, 2011).

Inclusive, é considerando tais condições que Netto (2011) teorizou a estrutura sincrética do exercício profissional, como um dado da realidade, uma condição insuperável e, portanto, condição que implica em desafios para a materialização da realização do exercício profissional alinhado projeto profissional.

A estrutura sincrética profissional se apresenta na realidade da profissão em três dimensões concretas e que provocam impasses para a materialização projeto profissional: I – a multiplicidade problemática da “questão social”, pois a própria matéria de trabalho do assistente social se apresenta de forma refrataria, pois reconhece-la na totalidade coloca em xeque os fundamentos do que a produzem, ou seja, o próprio sistema capitalista e a sua modalidade específica de exploração da força de trabalho; II – o horizonte do exercício profissional, sendo que é na vida cotidiana que a profissão se realiza, em meio a reprodução das relações sociais, portanto, sendo este cotidiano heterogêneo, imediatista e superficial, ainda, complexo e caótico; e, III – a modalidade específica de intervenção profissional do Assistente Social, que se insere na divisão social, técnica e sexual do trabalho, como trabalhador assalariado, pressionado pela sua autonomia relativa, cuja manipulação planejada se dá em meio a práxis institucional dos diversos espaços sócio-ocupacionais, repleto de tensões, intensões e causalidades (NETTO, 2011).

Essa própria estrutura sincrética implica em desdobramentos para a prática profissional, bem como, para o próprio conhecimento da realidade que fundamenta a intervenção profissional. Isso pode implicar no ecletismo ao invés do pluralismo, que mistura diferentes perspectivas que são inconciliáveis, na tentativa de dar conta da realidade, muitas vezes, sustentada numa razão formal-abstrata, negando a razão crítico-dialética fundada na teoria social crítica marxista.

Essa estrutura coloca ainda em potencial o exercício fundamentado no teor subjetivista, tendo como base o pragmatismo empirista, cuja prática é instrumentalizada, burocrática, que remete as bases conservadoras da profissão, do passado, negando a utilização do método crítico dialético para a leitura da realidade de forma crítica e reflexiva, que em muitos das vezes, não privilegia a suspensão do cotidiano para analisar, investir e compreender a realidade na qual está se intervindo, portanto, sem conseguir se aproximar das múltiplas determinações do fenômeno, sem chegar a sua totalidade, ficando apenas na aparência dos fenômenos que se apresentam no cotidiano e que são objetos de intervenções pontuais. Para Heller (1970, p.37/38), a própria estrutura da cotidianidade é propensa a alienação:

A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação. Por causa da coexistência muda, em si, de particularidade e genericidade, a atividade cotidiana pode ser atividade humana-genérica não consciente, embora suas motivações seja, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares. Na cotidianidade, parece natural a desagregação, a separação de ser e essência. Na coexistência e sucessão heterogêneas das atividades cotidianas, não há por que revelar-se nenhuma individualidade unitária; o homem devorado por e em seus papéis pode orientar-se na cotidianidade através do simples cumprimento adequado desses papéis.

Neste sentido, a estrutura sincrética pode impedir a iluminação crítica dos profissionais no âmbito do exercício, o que pode implicar na fragilidade de uma intervenção com alternativas técnico-operativas, mesmo dentro dos limites institucionais, que rompam o conservadorismo e com a reposição intelectual do sincretismo. Assim, essas questões são postas em forma de mediações e determinações que atravessam o exercício profissional no cotidiano dos diversos espaços sócio-ocupacionais e que, portanto, imprimem desafios para a materialização do projeto profissional, tendo em vista um conjunto de condições objetivas, subjetivas que estão postas, inclusive, atualmente.

Destaca-se ainda, a condição de relativa autonomia do Assistente Social no âmbito do seu exercício profissional (IAMAMOTO, 2015). Como trabalhador assalariado, é reconhecido como um profissional liberal, apesar de que não devemos entendê-lo como profissional individual, legitimado pelas suas normativas legais, a saber: a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, ambas construídas coletivamente pela categoria profissional e aprovados em 1993. Apesar de liberal, não dispõe dos meios e condições para a realização plena do seu

exercício, tendo em vista que tais meios e condições estão sob domínio do seu empregador, seja o Estado, as empresas, as OSC, entre outros.

Neste sentido, para realização de seu trabalho depende das condições objetivas ofertadas pelos seus empregadores, tais como recursos financeiros, recursos humanos e materiais, infraestrutura, transportes, entre outros, para que possa planejar, desenvolver e executar programas, projetos, serviços, benefícios. No entanto, este profissional possui relativa autonomia e exclusividade no âmbito do atendimento com os usuários, através do desenvolvimento de suas atribuições privativas. Portanto, é autônomo na sua relação com os usuários, garantido pela própria lei que regulamenta a profissão, que aponta suas atribuições privativas, além também das competências que podem vir a ser desenvolvidas. Estas questões pressionam a realização do exercício profissional neste terreno permeado de interesses e conflitos, ao passo em que também o protagonismo do agente profissional individual e coletivo tem possibilitado a construção de alternativas concretas.

No âmbito destas políticas sociais, maior espaço de atuação do Assistente Social, são impressas tendências de mercantilização e privatização de direitos previdenciários e de saúde, ao mesmo tempo que reforça a seletividade e focalização e assistencialismo mínimo, através dos programas de transferência de renda mínima, combinadas ao recrudescimento da face coercitiva do Estado, que tem militarizado a vida social, em produzindo um estado permanente de guerra (BARROCO, 2015), que alcança de forma mais violenta os que estão inseridos nos lugares mais pauperizados, bem como, a volta da narrativa da solidariedade, através da sociedade civil, que repõe no lugar do Estado interventor de direitos, a (re)filantropia, a caridade e, ainda, a “ação social” das empresas, que obstaculiza as grandes isenções de tributos ao grande capital.

De forma pontual, os desafios tem se materializado para a profissão em forma de requisições policiais como resultado da agudização da face coercitiva do Estado (BARROCO, 2015); a intensificação da atuação com base em pressupostos moralizadores da “questão social”, em grande parte, tais requisições partem do âmbito das repartições da justiça, para subsidiar processos judiciais, inclusive penais e demais naturezas, bem como, nos demais diversos espaços sócio-ocupacionais, que tem se caracterizado pela requisição de abordagens dos problemas individuais, sem ligar os problemas dos usuários a totalidade social, propondo o ajustamento da moral e da conduta, via técnicas de redução de tensões, tratando os problemas relacionados ao estado emocional dos usuários, numa

perspectiva de desajustamento biopsicossocial, através da realização de práticas terapêuticas, com base em vertentes psicologizantes e estrutural funcionalistas (BARROCO, 2015).

Ao mesclar elementos que lembram as perspectivas da modernização conservadora e da reatualização do conservadorismo, o cenário tem sido favorável para a requisição do Assistente Social como agente que seja coadjuvante desse moralismo punitivista no enfrentamento das expressões da questão social, como sinaliza Barroco (2015), cuja missão é de contribuir para a restauração da lei e da ordem social em detrimento dos direitos humanos e sociais, e da possibilidade de construir uma emancipação humana.

Ao mesmo tempo, tem sido reforçado as requisições pautadas na lógica formal-abstrato e da razão instrumental, cujo perfil profissional se resume ao sociotécnico (GUERRA, 2014) que supervaloriza a dimensão técnico-operativa em detrimento das demais dimensões. Nesta lógica, o profissional acaba repondo a tendência da realização do possível, como coloca Silva (2015, p. 116):

O compromisso Ético-Político profissional dos assistentes sociais se reduz à realização do possível a ser feito (quando muito), por doses homeopáticas que se somam gradualmente na construção harmônica e respeitosa de uma sociedade mais justa, sem desobediência civil as regras democráticas em defesa daquilo que de fato a profissão faz, da sua prática, daquilo que é imediatamente demandado por ela e por seus usuários.

Estas questões levantadas, evidenciam o avanço do neoconservadorismo na realidade, provocando inclusive inflexões sobre o exercício profissional que se pauta no conhecimento da realidade através da teoria social marxista. Trata-se, portanto, também de uma tentativa de reposição do caráter reformista sem reconhecimento do problema estrutural da sociedade, mantendo assim uma forma de enfrentar as desigualdades sociais por meio de agentes profissionais que aplicam técnicas de ajustamento de conduta, especialmente, moralizadoras, sobre os indivíduos que perturbam a ordem do capital.

CONCLUSÃO

Indiscutivelmente, esse contexto em que impera o revigoramento do conservadorismo societal, expresso no avanço do neoconservadorismo, tem imposto

desafios para o Serviço Social brasileiro, considerando os dilemas impostos a realização do trabalho profissional na realidade histórico-concreta, que toma como direção o horizonte apontado pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social. No entanto, é um equívoco não apanhar, nesse mesmo chão de desafios, toda a ação materializada que expressa a agenda política-organizativa coletiva da categoria profissional, que vem sendo construída e executada de forma resistente em favor dos trabalhadores e do projeto de formação e do exercício profissional, que busca manter a direção social estratégica do projeto profissional do Serviço Social brasileiro, construído ao longo dos últimos 41 anos, no bojo da renovação crítica.

Significa dizer que, todo esse contexto permeado por inúmeras contradições, não é isento de resistência e lutas, resultando portanto, numa agenda política do Conjunto: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), contrária ao agravamento das expressões da “questão social” e seu extermínio pelo Estado penal, da precarização do trabalho, incluindo dos próprios profissionais de Serviço Social, do desmonte das políticas sociais e públicas e de todos os recuos das conquistas progressistas. Essa agenda tem se materializado em manifestações, atos e paralisações pelo Brasil; oficinas nacionais, regionais e locais, seminários, encontros profissionais, científicos, acadêmicos e políticos, fóruns que discutem o atual contexto e constroem estratégias coletivas; comunicação com a sociedade através dos meios de comunicação, seja as redes sociais, os jornais, rádios, com o fito de conscientizar e mobilizar trabalhadores; produção e publicação de conhecimento da realidade; além de capacitações – a exemplo, da capacitação Ética em Movimento do CFESS/CRESS –, entre outras atividades.

É importante destacar que, de forma mais estratégica, tem sido desempenhado um trabalho importante também pelas Comissões de Orientação e Fiscalização – COFI’s, dos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, no sentido de incidir de forma política e pedagógica junto às instituições empregadoras para garantia das condições éticas e técnicas do trabalho profissional, conforme preconiza a resolução N.º 493/2006 do CFESS, no intuito, sobretudo, de iluminar reflexivamente acerca das requisições neoconservadoras, que muitas vezes chegam aos profissionais através das demandas institucionais, que não se configuram como atribuições privativas, mas que são colocadas

como competências para a profissão, daí também a importância do papel dos conselhos na realização de fiscalização quanto as requisições que destoam das atribuições e competências da profissão.

Enfim, esse contexto de desafios também expressa a resistência e a capacidade da dimensão político-organizativa dos Assistentes Sociais – um dos maiores legados da renovação crítica –, na luta para garantir o trabalho profissional de qualidade, com condições éticas e técnicas, alinhadas a direção ético-política expressa no projeto profissional crítico. Resta destacar que é, sobretudo, no âmbito do movimento da luta de classes, junto a classe trabalhadora – porque o Assistente Social é parte dela – que o Serviço Social encontra mais forças para resistir e construir coletivamente um projeto societal que busca uma nova sociedade para além das relações de trabalho sem precarização, em outras palavras, uma sociedade sem exploração humana e opressão.

Consideramos ainda, como grande possibilidade para manter a continuação do projeto profissional crítico, a continuação do Serviço Social nos aportes da teoria social da tradição marxista, tanto no âmbito da formação como do exercício profissional, pois ela é capaz de contribuir para que o Serviço Social estrategicamente supere as implicações práticas e ideológicas do sincretismo profissional, ao mesmo tempo, que possibilita a continuação das sucessivas rupturas com o conservadorismo. Consideremos o esforço de criar espaços coletivos de suspensão do cotidiano, inclusive, através da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, que possibilita a aproximação entre as instituições de ensino e os diversos espaços sócio-ocupacionais, cuja articulação é um potencial para romper com a reposição da estrutura sincrética e com o neoconservadorismo, através da relação entre docentes, supervisores de campo e estagiários do Serviço Social.

Enfim, todo esse contexto é desafiador, seja quando observamos ainda a precarização do trabalho profissional e a contrarreforma do ensino superior, que se somam aos demais desafios frente a materialização do projeto profissional. O ânimo para construir a resistência é a possibilidade se que apresenta e, inclusive, seremos mais fortes quando nos somamos as lutas progressistas que estão nas ruas do Brasil, sendo o maior enfrentamento do presente a derrubada do atual governo genocida, cuja administração tendenciosa e negacionista da pandemia de COVID-19, já contribuiu para a morte de mais

de 689 mil trabalhadores e trabalhadoras brasileiras⁵. É junto aos movimentos sociais progressistas da classe trabalhadora que temos a possibilidade de manter hegemônico o projeto profissional, alinhado aos interesses do projeto de transformação da sociedade.

Que possamos manter vivo o espírito da renovação crítica do serviço social brasileiro, como expressão do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina, para travar as lutas cotidianas que buscam a continuação da direção crítica da cultura profissional que vem sendo construído ao longo dos últimos anos e que, em qualquer conjuntura, nega as bases tradicionalista e conservadoras da profissional, lutando por uma sociabilidade libertaria e emancipadora da exploração e da opressão do capital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luis de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano. *O ódio como política: a reivindicação da direita no Brasil* 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

AMARAL, M. S; CARCANHOLO, M. D. superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C; OSORIO, J; MATHIAS, L. (ORGS.) *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social e Sociedade*. n. 106, p. 205-218, São Paulo, abr./jun. 2015.

BEHRING, E. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. *Fundo Público, valor e política social*. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Resolução N.º 493/2006 – dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social*. 2006.

DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

⁵ Dados atualizados em 27/11/2022, às 23h00min. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 21/02/2022.

ESCORSIM NETTO, L. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociologia*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GUERRA, Y. Nas pegadas dos 80 anos de história do Serviço Social: o debate da instrumentalidade com marco. In: SILVA, M. L. O. (ORG.). *Serviço Social no Brasil: histórias de resistência e de ruptura com o conservadorismo*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.

MATOS, M. C. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. *Serviço Social e Sociedade*. n. 124, p. 678-698, out./dez. São Paulo, 2015.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social e Sociedade*, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2011.

PEREIRA, L. D. A expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social. *Revista de Políticas Públicas*, p. 323-331, agos. 2010.

SANTOS, M. T; MANFROI, V. M. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. *Em pauta*. n. 36, p. 178-196, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, J. F. S. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. *Em Pauta*. n. 35, p. 99-125, jan./jun. 2015.

SOUZA, J. M. A. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.* n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016.

COMO CITAR

SILVA, F. R.; DAVI, J.; SILVA, A. A. O REVIGORAMENTO DO CONSERVADORISMO SOCIETAL E SUAS REPERCUSSÕES NO SERVIÇO SOCIAL. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, v.5, n.3, 2022.